



Projetos da reforma política entram na pauta do Plenário

Senadores também podem analisar decisão da Primeira Turma do STF que afastou Aécio Neves e reestruturação administrativa do Executivo

O Plenário do Senado deve votar esta semana a proposta de emenda à Constituição que veda coligações partidárias nas eleições proporcionais e estabelece normas sobre o acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda. Outros itens da pauta são o requerimento de urgência para a proposta que altera a representação estadual na Câmara dos Deputados e a medida provisória que reestrutura a organização administrativa do Executivo. Também está prevista a análise da decisão da Primeira Turma do STF que afastou Aécio Neves do mandato e determinou o recolhimento noturno do parlamentar. Senadores defendem que a questão seja tratada com prudência para evitar conflito com o Judiciário. **3**



Eunício Oliveira com Flexa Ribeiro, senador que pediu urgência para votar projeto de sua autoria para alterar a representação dos estados na Câmara

Marcos Oliveira/Agência Senado - 15/8/2017

ARQUIVO **S**

Vargas propôs Eletrobras em 1954 para acabar com apagões



O presidente João Goulart discursa na cerimônia de instalação da Eletrobras, em 1962, no Rio

Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado mostram que o projeto de criação da Eletrobras, apresentado em 1954 por Getúlio Vargas, demorou sete anos para ser aprovado. O aval dos parlamentares só saiu em 1961. A inauguração ocorreria em 1962. As empresas estrangeiras que na época dominavam o setor elétrico fizeram uma grande pressão para que a estatal não fosse criada. Antes da estatal, os brasileiros sofriam com racionamentos e apagões, o que dificultava a industrialização do país. Em agosto, o governo do presidente Michel Temer anunciou que pretende privatizar a Eletrobras. **4**

Aprendizagem é tema de audiência pública hoje

A Comissão de Direitos Humanos discute hoje, em audiência pública, às 14h, as conquistas da Lei da Aprendizagem e temas como estratégias, oportunidades e potencialidades da população infantojuvenil.

Autor do requerimento para o debate, Paulo Paim lembrou que a lei é voltada para a inserção de jovens no mercado de trabalho. Para o senador, o debate sobre a legislação deve ser mais amplo e precisa dar ao jovem oportunidade de falar sobre suas necessidades de educação e emprego. **3**

Rádio Senado faz especial sobre 30 anos da Constituição

Em 1987 começavam os trabalhos da Assembleia Constituinte, que resultaram na Constituição Cidadã, como a chamava o então constituinte Ulysses Guimarães, símbolo maior do esforço para dar ao Brasil uma nova Carta. Foram 20 meses de trabalho, quase 40 mil emendas e mais de 19 mil intervenções dos 559 constituintes, entre discursos, pareceres e questões de ordem, sobre os quais a Rádio Senado apresenta nesta semana uma série de cinco reportagens. **2**

Desistência do governo sobre CLT é ressaltada em debate

A desistência do Ministério do Trabalho de criar comissão de juristas para estudar uma nova consolidação das leis trabalhistas foi comemorada por Paulo Paim em audiência da

Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, sexta-feira. Com a desistência do governo, o tema principal da reunião da subcomissão do Senado passou a ser precarização

das relações trabalhistas. Alguns dos debatedores disseram que, além da perda de direitos, a reforma aprovada no Congresso atenta contra instituições, como a Justiça do Trabalho. **2**



Paim (4º à esq.), preside debate da Subcomissão do Estatuto do Trabalho, sobre ideia do governo de estudar nova consolidação das leis trabalhistas

Marcos Oliveira/Agência Senado

Debate destaca desistência de criar grupo sobre CLT

Em audiência na Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, decisão do governo de não criar comissão para consolidar novamente as leis trabalhistas foi celebrada pelo presidente, Paulo Paim

O SENADOR PAULO Paim (PT-RS) comemorou na sexta-feira a decisão do Ministério do Trabalho de desistir de criar uma comissão especial de juristas para estudar a elaboração de uma nova consolidação das leis trabalhistas, nos moldes da CLT. Em audiência pública, o senador lembrou que tal tarefa já tem sido feita no Senado pela Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, da qual ele é presidente.

Além disso, Paim questionou a iniciativa, tendo em vista que o governo acabou de aprovar uma reforma recentemente que, segundo ele, prejudicou os trabalhadores de todo o país.

— A não ser que o governo tenha chegado à conclusão que tenha que jogar no lixo essa reforma que ele criou [...]. De qualquer forma, temos atuado muito há mais de dois meses, esta já é nossa sexta audiência e estamos até com seminário marcado para 10 de novembro. O governo pode participar, não há problema nenhum. Não excluímos ninguém. Nós queremos um estatuto do trabalho ou uma nova CLT ouvindo todos os segmentos — disse o senador, que chegou a ligar para o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, pedindo que ele revisse a decisão.

O procurador do Trabalho Alessandro Santos de Miranda



Paim (C) dirige audiência sobre a precarização de direitos trabalhistas

considerou um contrassenso a intenção de criar uma comissão de especialistas, visto que há uma reforma aprovada que sequer entrou em vigor.

— Os convidados indicados pelo governo são bem-vindos aqui para contribuir com o debate, desde que ocorra com todos os segmentos interessados — afirmou.

Reforma

A reunião de sexta-feira foi para tratar do grupo de trabalho que seria criado pelo Poder Executivo. Como a ideia foi abortada, os convidados debateram a precarização dos direitos trabalhistas no país e a reforma aprovada pelo Congresso.

Vice-presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Leandro Allan Vieira lembrou que, em 2017, completam-se 100 anos da primeira greve geral realizada no Brasil e lamentou a falta de

informação dos brasileiros sobre as mudanças na legislação trabalhista que estão por vir.

O representante da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), Guilherme da Hora Pereira, e a vice-presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, Alessandra Martins, foram na mesma linha. Segundo eles, está em jogo mais do que a perda de direitos, mas algo maior, que atenta contra princípios constitucionais e instituições como a Justiça do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e entidades sindicais:

— A legislação não pode ser discutida superficialmente. O direito do trabalho está perdendo seu objeto, que é a tutela do trabalhador. Vamos pensar o estatuto ou uma nova CLT com base nos paradigmas da emancipação e dignificação do trabalhador ou na sua domesticação? — indagou Pereira.

Constituição de 88 é tema de série da Rádio Senado

A Constituição Cidadã, promulgada em 1988, completa 30 anos em 5 de outubro de 2018. Um ano antes, no entanto, os parlamentares iniciavam a votação das propostas que fariam parte do texto. O ouvinte da Rádio Senado poderá acompanhar, de hoje a sexta-feira, dentro do programa *Conexão Senado*, uma série em cinco episódios com os destaques do texto e toda a movimentação

daqueles dias.

A convocação da Assembleia Constituinte, a eleição, a participação popular, o artigo 5º e as emendas aprovadas estão no programa, que conta com áudios históricos, entrevistas com cientistas políticos e senadores.

Ao todo, foram 20 meses de trabalho, quase 40 mil emendas e mais de 19 mil intervenções dos 559 constituintes,

entre discursos, pareceres ou questões de ordem. Passaram pelo Congresso Nacional naqueles meses 5,4 milhões de pessoas, marcando uma intensa participação popular na elaboração da Constituição Cidadã.

Constituição Cidadã
• de hoje a sexta-feira, às 8h30
• reprises às 22h, no mesmo período

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Planos de saúde e aprendizagem

9h Audiência interativa sobre planos de saúde. Às 14h, debate sobre a Lei da Aprendizagem.

CRE Papel internacional do Brasil

18h Debate sobre "O Lugar do Brasil em um mundo de transformações".

CI Eficiência energética

9h Na pauta de 13 itens, o PLS 365/2016, que incentiva comportamentos de eficiência energética.

CPI MISTA DA JBS Depoimentos

9h Ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho e advogado Marcio Lobo.

CAE Destino da verba do pré-sal

10h Na pauta de 19 itens, o PLS 280/2013, que destina recursos do pré-sal à saúde e à educação básica.

MPS 789 E 790/2017 Mineração

10h As comissões mistas duas MPs sobre mineração fazem audiência conjunta com o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, e o do Meio Ambiente, Sarney Filho, e com os governadores do Pará, Simão Jatene, e de Minas Gerais, Fernando Pimentel.

CMA Bacias hidrográficas

10h30 Audiência sobre a revitalização de bacias hidrográficas.

CRA Amazônia Legal

11h Audiência interativa sobre a regularização fundiária na Amazônia Legal.

CE Ciência sem Fronteiras

11h30 O PLS 798/2015, que reinstalou o Programa Ciência sem Fronteiras, é um dos 20 itens da pauta.

CAS Câncer de intestino

14h Audiência interativa para discutir desafios do diagnóstico e do tratamento do câncer colorretal.

CDH Menores em manifestações

14h Audiência interativa para discutir o PLS 231/2015, que regula a participação de menores em manifestações artísticas e desportivas.

CMO Lei Orçamentária Anual 2018

14h Reunião do colegiado de líderes na comissão para tratar da LOA 2018.

MP 789 Mineração

14h A comissão da MP, sobre mineração, realiza audiência pública.

TERÇA

CMO Créditos

14h30 Projetos sobre abertura de créditos.

CMMC Baixo carbono

14h30 Audiência debate mudanças climáticas e economia de baixo carbono.

MP 785/2017 Fies

14h30 A comissão da MP, sobre o novo Fies, analisa relatório.

MP 796/2017 Recine

14h30 A comissão da MP, sobre o Recine, vota relatório

PARLASUL Equipes de investigação

14h30 Audiência debate acordo de cooperação para a criação de equipes conjuntas de investigação.

MP 790/2017 Mineração

16h A comissão da MP, sobre mineração, faz audiência pública.

MP 791/2017 Agência de mineração

16h A comissão da MP, sobre a criação da Agência Nacional de Mineração, faz audiência com o Ministério Público e a Associação dos Servidores do Departamento Nacional de Produção Mineral.

CAS Segurança privada

9h Na pauta de 12 itens. SCD 6/2016, que institui o Estatuto da Segurança Privada.

CDR/CMA Rio Parnaíba

9h Audiência conjunta sobre revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

CPMI DA JBS Depoimentos

9h Procurador Ângelo Villela e advogado Willer Tomaz.

CE Liberdade religiosa nas escolas

10h30 Audiência interativa para debater o PLC 130/2009, que dispõe sobre a aplicação de provas e a atribuição de frequência a alunos impossibilitados de comparecer à escola, por motivos de liberdade de consciência e de crença religiosa.

DESBUROCRATIZAÇÃO Requerimentos

14h30 Comissão mista analisa requerimentos.

CMO Orçamento de 2018

10h Audiência com o ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, para prestar esclarecimentos sobre o projeto de Lei Orçamentária para 2018.

CDR Transposição

9h Visita às obras do Eixo Norte do Rio São Francisco em Apodi (RN) e Assu (RN).

QUARTA

QUINTA

SEXTA

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário:

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,

Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Silvío Burle

Coordenador de Edição: Mikhail Lopes

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Sá

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário deve votar projetos da reforma política

A pauta do Senado inclui ainda a análise da determinação da Primeira Turma do STF que afastou Aécio Neves do mandato e da proposta que reestrutura a administração do Executivo

O PLENÁRIO DO Senado deve analisar esta semana a PEC 33/2017, que veda coligações partidárias nas eleições proporcionais e estabelece normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda (*veja mais abaixo*).

A pauta ainda traz o requerimento de urgência (RQS 785/2017) para o projeto que altera a representação por estado na Câmara dos Deputados a partir da próxima legislatura (2019-2023). O requerimento foi apresentado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), também autor do projeto (PLS 315/2016).

A proposta leva em conta a atualização da população brasileira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), feita em 2015. Quarta-feira houve uma tentativa de votar o requerimento. Porém, diante da falta de acordo, a

votação foi adiada. O projeto mantém o número de deputados nos atuais 513, mas muda a distribuição quantitativa das bancadas.

O Pará é o estado que mais aumenta sua representação, passando de 17 para 21 parlamentares. Outros estados que vão ter aumento no número de representantes serão Minas Gerais (de 53 para 55) e Amazonas (de 8 para 10). Entre as unidades que diminuem o número de representantes estão o Rio de Janeiro (cai de 46 para 43), o Rio Grande do Sul (de 31 para 29), a Paraíba (de 12 para 10) e o Piauí (de 10 para 8).

Aécio

O primeiro item da pauta do Plenário é o ofício que comunica ao Senado a decisão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o afastamento de Aécio Neves (PSDB-MG) do exercício do



Flexa é autor do requerimento de urgência para o projeto que altera a representação dos estados na Câmara

mandato. A decisão também determina o recolhimento noturno do senador em sua casa.

Na quinta-feira, foi aprovado requerimento de urgência para a análise da questão. Durante a discussão no Plenário, vários senadores ponderaram que a situação é grave e deve ser

tratada com prudência, para evitar conflito institucional entre os Poderes Legislativo e Judiciário. Alguns senadores defenderam o entendimento de que o afastamento não tem respaldo na Constituição e pediram a votação imediata.

O Plenário também terá

de votar a medida provisória que reestrutura a organização administrativa do Executivo. A MP 782/2017 precisa ser votada até o dia 11 de outubro, quando perde a vigência. Entre as mudanças promovidas pela MP, está a garantia de status de ministério para a Secretaria-Geral da Presidência da República. Outra alteração é a vinculação da Secretaria de Aquicultura e Pesca à Presidência da República. Antes, a secretaria era ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Execução penal

Outra proposta em pauta é a que trata das execuções penais. O projeto (PLS 513/2013) é uma tentativa de solucionar a crise do sistema carcerário brasileiro. Entre outros objetivos, visa reduzir a superlotação dos presídios, melhorar a ressocialização dos presos, combater o poder do crime organizado dentro das penitenciárias e prevenir rebeliões, que provocaram centenas de mortes nos últimos anos.

Ainda consta da pauta o projeto (PLC 44/2016) que transfere para a Justiça Militar o julgamento de crimes cometidos por militares em missões de garantia da lei e da ordem (GLO). Na semana passada, houve uma tentativa de votar o projeto. Por falta de acordo, porém, a proposta foi retirada de pauta.

PEC sobre fim de coligações e cláusula de desempenho é destaque na pauta

A reforma política que já foi aprovada quinta-feira na Câmara dos Deputados (PEC 33/2017) e está na pauta da semana é a que tem mais chances de alterar o atual modelo dentro do prazo. Ela precisa ser aprovada até 7 de outubro para valer nas eleições de 2018.

A proposta cria cláusulas de desempenho eleitoral para que os partidos políticos tenham acesso ao fundo partidário e ao tempo gratuito de televisão, e acaba com as coligações para eleições proporcionais para deputados e vereadores, mas só a partir de 2020.

Se aplicadas as regras de tramitação normal no Senado, a PEC passaria antes pela análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). No entanto, diante da escassez de tempo, os líderes partidários concordaram em levar a proposta diretamente ao Plenário, com calendário especial de urgência. A apro-

vação, porém, precisa ser feita em dois turnos, com apoio mínimo de três quintos dos senadores (49 dos 81).

Federações

Apesar dos protestos dos pequenos partidos, o Plenário da Câmara derrubou dispositivo que permitia a criação de federações partidárias. Pela proposta original, unidos em federação durante toda a legislatura, os partidos poderiam somar o desempenho eleitoral de cada agremiação para ter acesso a recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda partidária no rádio e na TV.

Outra alteração foi a supressão de parte do texto que acabava com a janela partidária seis meses antes da eleição para que candidatos mudassem de legenda. A relatora, deputada Shéridan (PSDB-RR), disse que havia acordo para a manutenção da regra atual da Lei dos Partidos (Lei 9.096/1995), que autoriza

a troca de legendas apenas até março do ano que vem para o próximo pleito. Foi mantida a janela mais ampla, por 371 votos contra 13.

Duas condições básicas foram estabelecidas para os partidos: a obtenção pela legenda de votação nacional e estadual mínimas ou a um tamanho mínimo de bancada de deputados federais, com regras de transição que vão até 2030.

Transição

Entre 2019 e 2023, considerada a eleição de 2018, serão exigidos 1,5% dos votos válidos distribuídos em pelo menos nove estados ou, alternativamente, uma bancada mínima de nove deputados federais de nove estados. No teto, a partir de 2031, serão 3% dos votos válidos em pelo menos nove estados, ou bancada mínima de 15 deputados federais de nove estados.

O fim das coligações parti-

dárias também foi definido ainda durante a votação do texto principal, na semana anterior. Pela regra, a ser aplicada a partir das eleições municipais de 2020, os partidos não poderão mais se coligar na disputa das vagas para deputados (federais, estaduais e distritais) e vereadores.

Coligações

Para 2018, as coligações estão liberadas. A intenção é acabar com o chamado efeito Tiririca, por meio do qual a votação expressiva de um candidato ajuda a eleger outros do grupo de partidos que se uniram. Na prática, parlamentares de legendas diferentes, com votação reduzida, acabam eleitos devido ao desempenho do chamado "puxador de votos". O deputado federal Tiririca (PR-SP), reeleito em 2014 com mais de 1 milhão de votos, "puxou" mais cinco candidatos para a Câmara.

Audiência discute hoje Lei da Aprendizagem, oportunidades e inserção dos jovens

As conquistas da Lei da Aprendizagem (Lei 10.197/2000) e temas como estratégias, oportunidades e potencialidades da população infantojuvenil serão debatidas hoje, às 14h, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Autor do requerimento para o debate, Paulo Paim (PT-RS) lembra que a lei é voltada para a inserção de jovens no mercado de trabalho. Para o senador, o debate sobre a legislação deve ser

amplo, "de forma a contemplar uma escuta mais sensível aos jovens do que aos gestores". Paim destaca que muitos jovens que estão cumprindo funções no trabalho não têm efetividade no longo prazo. Ele diz, porém, que essas ocupações causam impactos imediatos e reverberam no futuro dos jovens.

Entre os debatedores, estão o secretário nacional de Juventude, Francisco de Assis Costa Filho; o diretor de Políticas de Empregabilidade do Ministério do

Trabalho, Higino Brito Vieira; a presidente do Instituto Solidário Estudantil do Empreendedor Individual, Mafra Merys; e a procuradora do Trabalho Margaret Matos de Carvalho.

Também foram convidados representantes do Programa Jovem Aprendiz, do Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência Social (Fonseas), do Fórum Nacional de Secretários de Estado do Trabalho (Fonset), da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Prota-

gonismo Infantojuvenil, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), da Secretaria de Inclusão Social e Produtiva do Ministério do Desenvolvimento Social e da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério do Desenvolvimento Industrial.

Veja na página ao lado como acompanhar a audiência e participar do debate

Antes da Eletrobras, Brasil vivia rotina de apagões

Criação da estatal, que governo agora quer privatizar, foi proposta ao Congresso em 1954 por Vargas para acabar com racionamentos e permitir industrialização. Mercado era dominado por multinacionais

Ricardo Westin

NO CARNAVAL DE 1954, os foliões brincaram no Rio ao som de uma marchinha que debochava de uma mazela que infernizava a capital do Brasil: os apagões quase diários. A canção *Vaga-Lume* denunciava: “Rio de Janeiro / Cidade que nos seduz / De dia falta água / De noite falta luz”.

A eletricidade capenga era um problema nacional. Enquanto as maiores cidades penavam com cortes de energia, boa parte do interior ficava no breu, sem luz nenhuma.

Um mês após o Carnaval, o presidente Getúlio Vargas deu o pontapé num ambicioso plano para pôr o sistema elétrico brasileiro em ordem. Em abril de 1954, ele enviou ao Congresso o projeto de criação da Eletrobras — a mesma estatal que agora, seis décadas depois, o presidente Michel Temer pretende privatizar.

Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado mostram que Apolônio Salles (PSD-PE) foi um dos senadores que levantaram a bandeira da Eletrobras.

— Dotando o país com energia elétrica abundante, a Eletrobras há de representar o marco decisivo na caminhada econômica do Brasil — discursou, da tribuna do Senado.

Em meados do século 20, a geração e a distribuição de energia cabiam basicamente à iniciativa privada. O setor era repartido entre a americana Amforp e a canadense Light, que atuavam nas grandes cidades. Ante o desinteresse das duas pelas regiões pouco lucrativas, alguns estados se incumbiam de levar energia a suas cidades mais afastadas. O governo mineiro, por exemplo, criou as Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig).

Em todas as situações, a produção de eletricidade era pífia e as redes de alta tensão que distribuíam a energia

eram minúsculas e isoladas. Nenhuma das empresas conseguia dar conta da demanda crescente. Era a época em que o brasileiro trocava o campo pela cidade e a economia passava de agrícola a industrial.

O deputado Ubirajara Keutenedjian (PSP-SP) se disse farto dos cortes de energia:

— O estado de São Paulo fica de seis a oito horas por dia sem energia elétrica. O caso é de calamidade pública!

Light reage

O senador Guilherme Malaquias (PTB-DF) afirmou que a situação era a mesma no Rio (o então Distrito Federal):

— O Rio não pode ficar sujeito a cortes de 10% a 20% na energia. Se isso traz desvantagens para o consumidor, para a indústria acarreta prejuízos incalculáveis, com máquinas e operários parados. O governo deve adotar medidas imediatas a respeito da Light e ir mais além, acelerando a instalação da Eletrobras.

Para Vargas, o governo só poderia garantir o suprimento energético necessário à industrialização se possuísse uma empresa encarregada de fazer o planejamento do sistema elétrico, construir usinas (em especial as hidrelétricas) e erguer torres com linhas de transmissão — sem a seletividade capitalista das companhias privadas nem a visão local das estaduais.

A ideia era que a Eletrobras não detivesse o monopólio, mas trabalhasse em coordenação com os grupos que já atuavam no mercado. O presidente vinha embalado pela criação da Petrobras — esta, sim, monopolística. O projeto da Eletrobras, entretanto, não teve vida fácil no Congresso.

Vargas não viu a Eletrobras virar realidade. A proposta se arrastou pelas comissões do Senado e da Câmara e só saiu do papel oito anos depois. O projeto seria aprovado em

1961, e a estatal começaria a funcionar em 1962.

A lentidão se explica pelo poder das multinacionais. A Light e a Amforp se lançaram numa campanha feroz para impedir a criação da Eletrobras, pressionando o governo, o Congresso e a sociedade.

De acordo com Vargas, empresas estrangeiras insatisfeitas com seu ideário nacionalista estavam mancomunadas com a oposição para tentar derrubá-lo. Ele se matou em 1954 e, assim, freou o golpe. Na carta testamento, citou o movimento anti-Eletrobras:

“Quis [eu] criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras. Mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobras foi obstaculada até o desespero. Não querem que o povo seja independente”.

No Senado, o maior adversário da Eletrobras foi Assis Chateaubriand (PSD-MA), que tinha ligação com a Light:

— O projeto deveria ser sacudido sumariamente na Sapucaia, como lixo que é. O capital estrangeiro é perseguido de maneira primitiva e estúpida. Sem a iniciativa privada, não há salvação. Essas organizações estatais estão matando o Brasil.

“Electrobraz”

Assim como Vargas apresentou o projeto, o dono de uma pequena loja de aparelhos de rádio e televisão do Rio correu para o Congresso pedindo que não se aprovasse a estatal com aquele nome. Motivo: a loja se chamava Electrobraz.

Foi o suficiente para que o senador Abelardo Jurema (PSD-PB) apresentasse uma emenda ao projeto mudando o nome de Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) para Centrais Elétricas Federais (Celfe). A insossa sigla passou no Senado, mas acabaria sendo derrubada na Câmara.

Ao lado, a *Última Hora* notícia em 1954 que o presidente Getúlio Vargas propôs ao Congresso Nacional a criação da Eletrobras, e o *Correio da Manhã* informa em 1957 que o projeto avançou no Senado. Abaixo, a *Última Hora* publica em 1962 que a Eletrobras foi inaugurada pelo presidente João Goulart



Anúncio da Light em jornal do Rio em 1955: sistema elétrico perto do colapso

Segundo o projeto de Vargas, a Eletrobras seria também uma fábrica, produzindo as turbinas, os transformadores e os demais equipamentos que ela usaria para gerar e distribuir energia. O senador Mem de Sá (PL-RS) criticou: — É inconveniente que a Eletrobras entre no campo do material elétrico. Haveria uma dispersão de esforços, sendo drenados para esse campo recursos preciosos para a finalidade que torna a empresa necessária.

Assim como Vargas, também pouco Café Filho e Juscelino Kubitschek receberam do Congresso o projeto da Eletrobras aprovado. A aprovação dos parlamentares saiu no governo de Jânio Quadros, em 1961. Ao sancionar a lei, Jânio

vetou o trecho que permitiria à estatal fabricar material elétrico. A faixa inaugural foi cortada por João Goulart, em 1962. A Eletrobras acabaria incorporando as suas velhas adversárias. A Amforp foi comprada pela estatal em 1964. A Light, em 1979.

Graças à nova empresa, a produção elétrica do país entre 1960 e 1980 aumentou 600%, de 5 GW para 34 GW, o que sustentou o “milagre econômico” da década de 1970. Hoje, a capacidade é de 150 GW. Dona ou sócia de uma série de empresas, como Furnas e Itaipu, a Eletrobras produz um terço da energia do Brasil e detém metade das linhas de transmissão.

Leia a reportagem completa: <http://bit.ly/ArquivoSEletrobras>
Todas as reportagens do Arquivo S: <http://bit.ly/arquivos>

Ampla Repreensão Dos Projetos Enviados Por Vargas ao Congresso

A “Eletrobrás” Transformará a Fisionomia Econômica do País!

VAI ANDAR O PROJETO que cria a Eletrobrás

Foi ontem aprovado, unânimemente, na Comissão de Finanças do Senado

JANGO INSTALA ELETROBRÁS COM PRONUNCIAMENTO POLÍTICO

A seção Arquivo S, resultado de uma parceria entre o Jornal do Senado e o Arquivo do Senado, é publicada na primeira segunda-feira do mês.